

SUMÁRIO

TABELA DE TESES DE REPERCUSSÃO GERAL NA ÁREA TRABALHISTA	39
--	----

PARTE I

APRESENTAÇÃO	63
1. O começo de tudo	63
2. O que esperar desta obra: a expressão “precedentes vinculantes”	64
3. A metodologia utilizada.....	67
4. Estrutura dos capítulos das decisões analisadas	67
4.1. Primeira parte: informações básicas da decisão.....	68
4.2. Segunda parte: análise da decisão	69
4.3. Terceira parte: impactos no dia a dia (comentários sobre a decisão).....	69
4.4. Quarta parte: quadro-resumo	69
5. As decisões analisadas nesta edição.....	69

PARTE II

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF	73
1. Introdução	73
2. Precedentes vinculantes do STF.....	74
2.1. Controle concentrado de constitucionalidade (ADI, ADC, ADO e ADPF).....	74
2.2. Controle difuso de constitucionalidade: recurso extraordinário repetitivo e recurso extraordinário com Repercussão Geral.....	76
3. A Repercussão Geral.....	77
3.1. Significado da Repercussão Geral.....	77
3.2. Competência para avaliação da Repercussão Geral.....	78
3.3. Hipóteses de Repercussão Geral presumida	78
3.4. A gestão da Repercussão Geral por temas no âmbito do STF.....	79
3.5. Tese de Repercussão Geral	80
3.6. Diferença entre fixação da tese e julgamento do caso concreto.....	80
3.7. A dupla função da Repercussão Geral: requisito de admissibilidade recursal e rito específico para a formação de precedentes qualificados.....	81
3.7.1. Repercussão geral como rito específico para a formação de precedentes qualificados	82
3.7.2. Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário	86
4. Recurso extraordinário repetitivo	87
5. Vinculatividade das decisões proferidas no julgamento de mérito dos recursos extraordinários repetitivos e dos recursos extraordinários julgados sob a sistemática da Repercussão Geral.....	89
6. O início da força vinculante das decisões do STF	91
7. Modulação de efeitos	94

PARTE III

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	99
• CAPÍTULO I – DENÚNCIA DA CONVENÇÃO Nº 158 DA OIT (ADC 39/DF)	99
1. Delimitação da controvérsia trazida na ADC 39.....	101
2. Breve retrospectiva da incorporação da Convenção 158 ao direito brasileiro e de sua denúncia.....	102
3. A incorporação de um tratado internacional no direito interno e o seu status na ordem jurídica brasileira.....	103
4. O entendimento do STF sobre os efeitos internos do ato de denúncia do Presidente da República.....	106
5. O resultado do julgamento.....	107
6. Impactos no dia a dia.....	108
6.1. As próximas denúncias de tratados internacionais.....	108
6.2. Reconhecimento da omissão normativa.....	108
6.3. Impacto da Convenção 158 da OIT sobre os contratos de trabalho.....	108
6.4. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 1625.....	109
7. Quadro-resumo da ADC 39.....	111
• CAPÍTULO II – PROIBIÇÃO DO AMIANTO CRISOTILA (ADI 3356/PE)	112
1. A decisão do STF na ADI 3356.....	114
1.1. O questionamento objeto da ADI 3356: inconstitucionalidade da Lei pernambucana nº 12.589/2004.....	114
1.2. Demais ADIs ajuizadas pela CNTI com o mesmo objetivo em relação a outras leis locais.....	115
1.3. Motivação para o ajuizamento das ações pela CNTI.....	116
1.4. Os argumentos jurídicos defendidos na ADI 3356.....	116
1.5. O entendimento anterior do STF quanto ao amianto crisotila.....	118
1.6. O entendimento atual do STF quanto ao amianto crisotila.....	120
1.7. O desfecho da ADI 3356.....	121
1.8. A discussão sobre os efeitos da declaração de inconstitucionalidade incidental..	123
2. Impactos no dia a dia.....	126
2.1. A declaração de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 e o seu reflexo nas leis locais.....	126
2.2. A utilidade dos efeitos <i>erga omnes</i> e da eficácia vinculante da declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995.....	127
2.3. A importância da decisão do STF para a defesa do meio ambiente do trabalho..	128
3. Quadro-resumo da ADI 3356.....	129
• CAPÍTULO III – ADVOGADOS EMPREGADOS PÚBLICOS E O ESTATUTO DA OAB (ADI 3396/DF)	129
1. O questionamento formulado na ADI 3396.....	131
2. A decisão do STF na ADI 3396.....	134
3. Impactos no dia a dia.....	135
3.1. Empresas estatais não monopolistas, que se submetem à livre concorrência econômica com empresas privadas.....	135
3.2. Empresas estatais monopolistas, não concorrenciais.....	137
3.3. Editais com regras diferentes em concursos de empresas estatais.....	138
3.4. Advogados sujeitos ao regime estatutário.....	139
3.5. Advogados sujeitos ao regime da CLT na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas.....	143
4. Quadro-resumo da ADI 3396.....	144

• CAPÍTULO IV – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS CRIADAS PELOS ENTES SUBNACIONAIS (ADI 4157/RJ)	145
1. A controvérsia sobre a competência para legislar sobre folgas na iniciativa privada.	146
2. A inconstitucionalidade da folga remunerada para exames oncológicos na iniciativa privada: fundamentos do STF na ADI 4157	150
2.1. A controvérsia constitucional em debate	150
2.2. A linha divisória entre proteção à saúde e direito do trabalho	150
2.3. A ausência de autorização legal para legislar sobre direito do trabalho	153
2.4. A normatização da matéria pela União	153
2.5. Um olhar alternativo: a proteção à saúde e o federalismo cooperativo como vetor da competência legislativa estadual no voto vencido do Ministro Edson Fachin	154
3. Impactos no dia a dia.....	156
3.1. Defesa empresarial contra exigências trabalhistas estabelecidas em leis locais	156
3.2. Vedação à concessão de benefícios trabalhistas por leis estaduais	160
3.3. Invalidação de normas estaduais vigentes com conteúdo trabalhista	160
4. Considerações finais sobre o entendimento do STF na ADI 4157	160
5. Quadro-resumo	161
• CAPÍTULO V – CNDT E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (ADI 4716/DF E ADI 4742/DF)	162
1. Uma controvérsia sobre regularidade trabalhista, concorrência e direitos fundamentais: os bastidores das ADIs 4716 e 4742	163
2. A distinção com o debate trazido na ADI 5474/DF	168
3. CNDT e Licitações Públicas: os fundamentos do STF para consolidar a constitucionalidade da exigência da regularidade trabalhista	170
3.1. Estrutura constitucional e o regime jurídico da CNDT.....	170
3.2. Garantias processuais resguardadas: a inexistência de ofensa ao contraditório e à ampla defesa.....	170
3.3. A regularidade trabalhista como critério constitucionalmente válido de habilitação.....	173
3.4. A centralidade do valor social do trabalho humano	174
3.5. A CNDT não é sanção política.....	175
3.6. A CNDT como instrumento legítimo de concretização da ordem constitucional do trabalho.....	176
4. Impactos no dia a dia.....	177
4.1. Monitoramento estratégico do prazo para requerer a inscrição no BNDT como meio de pressão eficaz.....	177
4.2. Comunicação à administração pública tomadora dos serviços da empresa devedora.....	178
4.3. Reclamação constitucional ao STF como meio de garantir a autoridade das ADIs 4716/DF e 4742/DF: controle de decisões que descumpram as regras da CNDT e do BNDT.....	181
4.4. O inadimplemento trabalhista como fator de concorrência desleal: fundamento prático em ações judiciais.....	183
4.5. A centralidade do valor social do trabalho frente ao princípio da livre iniciativa: fundamento para reforço argumentativo em ações trabalhistas.....	184
4.6. Reflexos nos TACs firmados com o Ministério Público do Trabalho e nos termos de conciliação firmados nas CCPs.....	186
5. Conclusão sobre o entendimento do STF nas ADIs 4716 e 4742	187
6. Quadro-resumo	187
• CAPÍTULO VI – CORREÇÃO DO FGTS (ADI 5090/DF)	188
1. A decisão do STF na ADI 5090.....	188

2.	Impactos no dia a dia.....	191
2.1.	Ausência de créditos retroativos do FGTS.....	191
2.2.	Ausência de mudanças para o empregador	191
3.	Quadro-resumo da ADI 5090.....	191
•	CAPÍTULO VII – MOTORISTA PROFISSIONAL (ADI 5322/DF)	192
1.	A decisão do STF na ADI 5322.....	193
2.	Impactos no dia a dia.....	194
2.1.	Dispositivos legais declarados inconstitucionais pelo STF.....	194
2.1.1.	Fracionamento do intervalo interjornadas (art. 235-C, §3º, da CLT, e art. 67-C, §3º, do CTB)	194
2.1.2.	Exclusão do tempo de espera da jornada de trabalho (art. 235-C, §§1º e 8º, da CLT).....	196
2.1.3.	Pagamento indenizado do tempo de espera (art. 235-C, §9º, da CLT)	197
2.1.4.	Exclusão do tempo de movimentação do veículo, durante o tempo de espera, da jornada de trabalho (art. 235-C, §12º, da CLT).....	198
2.1.5.	Adiamento, fracionamento e cumulação do descanso semanal remunerado nas viagens de longa distância (art. 235-D, <i>caput</i> , da CLT).....	199
2.1.6.	Gozo do intervalo interjornadas com o veículo em movimento (art. 235-D, §5º, e 235-E, III, da CLT)	200
2.2.	Dispositivos legais declarados constitucionais pelo STF.....	201
2.2.1.	Realização de exames toxicológicos (arts. 168, §§ 6º e 7º, da CLT, e 148-A do CTB).....	202
2.2.2.	Redução e/ou fracionamento do intervalo intrajornada (art. 71, § 5º, da CLT).....	203
2.2.3.	Prorrogação da jornada por até 4h (art. 235-C, <i>caput</i> , da CLT).....	204
2.2.4.	Prorrogação da jornada de trabalho “pelo tempo necessário” (art. 235-D, § 6º, da CLT)	206
2.2.5.	Jornada 12 x 36 mediante negociação coletiva (art. 235-F da CLT).....	207
2.2.6.	Remuneração variável (art. 235-G da CLT)	208
2.2.7.	Cessão de veículo pelo TAC ao TAC auxiliar (art. 15 da Lei nº 13.103/2015)	208
3.	Outras consequências práticas da decisão do STF.....	210
3.1.	Necessidade de mudanças organizacionais	210
3.2.	O julgamento dos embargos de declaração na ADI 5322	210
3.2.1.	A modulação de efeitos da decisão de mérito.....	210
3.2.2.	Negociação coletiva sobre as matérias tratadas na ADI 5322.....	211
3.2.2.1.	Direitos fundamentais violados pela Lei nº 13.103/2015.....	212
3.2.2.2.	A inaplicabilidade do Tema 1046 da repercussão geral (direitos absolutamente indisponíveis).....	214
3.2.2.3.	Negócio jurídico com objeto ilícito	217
3.2.2.4.	A importância da cronologia das decisões.....	217
3.3.	Repercussões negativas para os trabalhadores.....	218
3.3.1.	Realização de até 4h extras diárias e jornada de 12 x 36.....	218
3.3.2.	Possível aumento nos casos de fraude ao vínculo de emprego no segmento do transporte de cargas	218
3.4.	Repercussões positivas para os trabalhadores	222
3.5.	Atuação do Ministério Público do Trabalho	222
3.5.1.	Tutela do repouso semanal remunerado e do intervalo interjornadas, qualificados como normas de saúde e segurança	222
3.5.2.	Enfrentamento às fraudes nas relações de trabalho	224
4.	Quadro-resumo da ADI 5322.....	225

• CAPÍTULO VIII – DISPENSA DE EMPREGADOS PÚBLICOS E ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 169, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ADI 5690/RS) ...	227
1. A decisão do STF na ADI 5690.....	229
1.1. Extinção de entidade da administração pública e a ordem de corte de gastos com pessoal estabelecida no art. 169 da Constituição Federal.....	229
1.2. A ordem no corte de gastos com pessoal do art. 169 da Constituição e os empregados públicos.....	231
1.3. A decisão cautelar do STF na ADI 2135 e seus reflexos nos contratos de emprego na administração pública.....	233
2. Impactos no dia a dia.....	238
2.1. Não aplicação do art. 169, § 3º, da Constituição Federal aos casos de extinção da pessoa jurídica.....	238
2.2. Não aplicação do art. 169, § 3º, da Constituição Federal aos empregados públicos.....	239
2.3. Ausência de transformação do regime celetista em estatutário pela decisão cautelar do STF na ADI 2135.....	240
3. Quadro-resumo da ADI 5690.....	240
• CAPÍTULO IX – CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE (ADI 5826/DF) ...	241
1. Breve recapitulação do contrato de trabalho intermitente.....	242
2. O debate trazido ao STF na ADI 5826/DF.....	246
3. O voto (vencido) do Ministro Relator, Edson Fachin, na ADI 5826: reflexões necessárias sobre a constitucionalidade do contrato intermitente.....	248
3.1. A valorização do trabalho humano negligenciada pelo contrato “zero hora”.....	248
3.2. A experiência internacional: Portugal e Itália.....	249
3.3. O princípio da vedação à proteção insuficiente.....	250
3.4. As demais violações constitucionais.....	250
3.5. Conclusões do voto do Ministro Edson Fachin na ADI 5826.....	251
4. Apontamentos dos Ministros Cristiano Zanin e Luiz Fux sobre as falhas da legislação regulamentadora do trabalho intermitente.....	252
4.1. Ministro Cristiano Zanin: necessidade de interpretação conforme à Constituição Federal.....	252
4.2. Ministro Luiz Fux: uma omissão a ser suprida pelo Congresso Nacional.....	253
5. O julgamento da ADI 5826: conclusão e fundamentos da decisão do STF.....	254
6. O voto do Ministro André Mendonça na ADI 5826: contrato intermitente como instrumento de inclusão.....	256
7. O voto do Ministro Alexandre de Moraes na ADI 5826: flexibilização com garantias.....	258
8. A perda de vigência da Medida Provisória 808/2017.....	259
9. Impactos no dia a dia.....	260
9.1. A inconstitucionalidade do trabalho subordinado eventual informal.....	260
9.1.1. Superação da dicotomia entre formalidade e eventualidade.....	260
9.1.2. A formalização como instrumento de justiça social e combate à informalidade.....	261
9.1.3. Inconstitucionalidade da subordinação informal.....	261
9.1.4. O contrato intermitente como paradigma jurídico obrigatório.....	262
9.2. Da possibilidade de ajuizamento de reclamações trabalhistas e ações civis públicas requerendo vínculo de emprego intermitente.....	263
9.3. Da possibilidade de ajuizamento de reclamação constitucional em caso envolvendo a contratação de trabalhadores eventuais subordinados de maneira informal.....	264
10. Conclusão.....	266

•	CAPÍTULO X – TRABALHO DA GESTANTE E DA LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE (ADI 5938/DF)	266
1.	O trabalho da gestante e da lactante no ambiente insalubre antes e depois da Reforma Trabalhista.....	267
2.	Os fundamentos da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5938 ..	268
3.	O art. 394-A da CLT após a decisão do STF na ADI 5938.....	270
4.	Impactos no dia a dia.....	271
4.1.	Responsabilidades decorrentes do art. 394-A da CLT.....	271
4.1.1.	Afastamento imediato e incondicional das empregadas gestantes e lactantes do ambiente insalubre.....	271
4.1.2.	Possíveis consequências do não afastamento da empregada gestante e lactante do ambiente insalubre	271
4.2.	Os efeitos retroativos da decisão do STF e suas consequências.....	272
4.3.	Providências práticas no ambiente de trabalho.....	273
4.3.1.	Avaliação por meio de laudo pericial.....	273
4.3.2.	Continuidade do pagamento do adicional de insalubridade	273
4.3.3.	Eliminação da insalubridade	274
4.3.4.	Tempo de afastamento duração da lactação	275
4.3.4.1.	Primeiro entendimento: afastamento até que o filho complete 6 meses de idade, com possibilidade de prorrogação mediante recomendação médica	276
4.3.4.2.	Segundo entendimento: afastamento sem prazo definido	277
4.3.4.3.	Comparativo entre os dois entendimentos.....	278
4.3.4.4.	A nossa posição	279
5.	Quadro-resumo da ADI 5938	280
•	CAPÍTULO XI – JORNADA 12 X 36 POR ACORDO INDIVIDUAL (ADI 5994/DF)	280
1.	A decisão do STF na ADI 5994.....	280
2.	Impactos no dia a dia.....	281
2.1.	Superação da Súmula 444 do TST.....	281
2.2.	A interpretação da expressão “acordo”, contida no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.....	282
3.	Quadro-resumo da ADI 5994.....	283
•	CAPÍTULO XII – TARIFAÇÃO DO DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADI 6050/DF)	283
1.	A tarificação do dano moral na Reforma Trabalhista e a ADI 6050.....	284
2.	A disciplina legal do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-A da CLT	285
3.	O dano indireto, reflexo ou em ricochete: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-B da CLT	287
4.	A tarificação do dano moral na Justiça do Trabalho: reflexos da decisão do STF sobre o art. 223-G, caput e § 1º, da CLT	288
5.	Impactos no dia a dia.....	290
5.1.	Caráter aberto da fundamentação do dano moral	290
5.2.	Cabimento do dano moral indireto, reflexo ou em ricochete, na Justiça do Trabalho	290
5.3.	Possibilidade de reparação por lesão a outros bens extrapatrimoniais não listados expressamente no art. 223-C da CLT.....	291
5.4.	Possibilidade de arbitramento da indenização por dano moral em valores superiores aos limites estipulados no § 1º do art. 223-G da CLT	291
6.	Quadro-resumo da ADI 6050.....	291

• CAPÍTULO XIII – TERMO INICIAL DA LICENÇA-MATERNIDADE (ADI 6327/DF)	292
1. O debate trazido na ADI 6327 e o entendimento do STF.....	293
2. Os fundamentos da decisão do STF no caso da ADI 6327.....	294
3. Impactos no dia a dia.....	298
3.1. O impacto da decisão do STF nos dispositivos legais que regulam o período da licença-maternidade e do salário-maternidade (art. 392, §2º, da CLT, art. 71 da Lei n.º 8.213/91 e art. 93, §3º, do Decreto n.º 3.048/99).....	298
3.2. Elástico do período da licença-maternidade e do salário-maternidade....	300
3.3. Repercussões na Previdência Social.....	301
3.3.1. Aumento no período de concessão do salário-maternidade.....	301
3.3.2. Possibilidade de cobrança retroativa do salário-maternidade	302
3.4. Repercussões para o empregador.....	302
3.4.1. Aumento no tempo de ausência da empregada ao trabalho.....	302
3.4.2. A estabilidade decorrente da gestação.....	302
3.5. Reflexos legislativos pós-ADI 6327.....	304
3.5.1. O § 7º do art. 392 da CLT e o diálogo com a ADI 6327	305
3.5.2. O § 6º do art. 392 da CLT e a prorrogação da licença-maternidade em casos de deficiência congênita associada à infecção pelo vírus Zika.....	307
3.6. Instrumentos processuais para preservação da autoridade do precedente frente às inovações legislativas.....	308
3.6.1. Controle concentrado de constitucionalidade	308
3.6.2. Controle difuso e tutela individual	309
3.6.3. Estratégia constitucional integrada.....	310
3.6.4. Síntese interpretativa	310
4. Quadro-resumo da ADI 6327.....	311
• CAPÍTULO XIV – LICENÇA-PATERNIDADE (ADO 20/DF)	311
1. A decisão do STF na ADO 20	312
2. Impactos no dia a dia.....	314
2.1. Reconhecimento da mora legislativa e prazo para regulamentação da licença-paternidade.....	314
2.2. Fixação do prazo da licença-paternidade pelo STF	314
3. Quadro-resumo da ADO 20.....	315
• CAPÍTULO XV – ADICIONAL DE PENOSIDADE (ADO 74/DF)	315
1. O reconhecimento da omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo quanto ao adicional de penosidade e suas consequências na decisão do STF.....	315
2. Impactos no dia a dia.....	317
3. Quadro-resumo da ADO 74.....	317
• CAPÍTULO XVI – RETENÇÃO DOLOSA DO SALÁRIO (ADO 82/DF)	318
1. O debate constitucional sobre o silêncio do Congresso Nacional na retenção dolosa do salário do trabalhador.....	320
2. A omissão legislativa como violação estrutural à Constituição.....	321
2.1. A tipificação penal da retenção dolosa de salário como dever constitucional ...	321
2.2. A impropriedade da analogia com o crime de apropriação indébita.....	322
2.3. Mandado de criminalização como garantia da dignidade humana	323
2.4. Inércia legislativa não justificada por projetos de lei.....	324
2.5. O poder do STF de fixar prazo para o Congresso legislar	325
2.6. A força vinculante do mandado de criminalização e o dever de agir do legislador	329
3. Impactos no dia a dia.....	329

3.1. Defesa empresarial contra imputação criminal com base na apropriação indébita.....	329
3.2. A valorização constitucional do salário como fundamento para reforçar pedidos em reclamações trabalhistas.....	330
4. Considerações finais sobre o entendimento do STF na ADO 82.....	331
5. Quadro-resumo	332
• CAPÍTULO XVII – PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO DA EMPRESA (ADO 85/DF)	332
1. A omissão legislativa e o direito à participação dos trabalhadores na gestão da empresa.....	333
2. O reconhecimento da omissão legislativa pelo STF: fundamentos centrais do acórdão.....	334
2.1. A importância do controle de omissões constitucionais	334
2.2. A exigência de regulamentação do direito à participação na gestão	335
2.3. A insuficiência do atual arcabouço legislativo	336
2.4. A difícil tarefa de reconhecer quando o Congresso está incidindo em <i>inertia deliberandi</i>	336
2.4.1. O critério da complexidade: projetos de código, debates e negociações	337
2.4.2. A razoabilidade da demora	337
2.5. O prazo fixado para a elaboração da norma	338
3. Os prazos fixados pelo STF até o momento nas ADOs ajuizadas contra os incisos do art. 7º da Constituição Federal	339
4. Síntese dos parâmetros estabelecidos pelo STF no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade por omissão	340
4.1. O reconhecimento da <i>inertia deliberandi</i> do Congresso Nacional e a fixação de prazo para legislar não ofendem o princípio da separação de poderes	341
4.2. Critérios para reconhecer a mora legislativa inconstitucional: direito previsto pelo constituinte originário e ausência de complexidade normativa.....	341
4.3. A existência de projetos de lei sobre a matéria não elide o estado de mora inconstitucional.....	343
4.4. A omissão na regulamentação dos mandados de criminalização é tratada de forma mais rigorosa pelo STF.....	344
5. Impactos no dia a dia.....	345
6. Considerações finais sobre o entendimento do STF na ADO 82.....	346
7. Quadro-resumo	346
• CAPÍTULO XVIII – DOBRA DA REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS (ADPF 501/SC)	347
1. A disciplina do atraso na concessão e no pagamento da remuneração de férias	347
2. A inconstitucionalidade da Súmula 450 do TST.....	348
3. Impactos no dia a dia.....	349
3.1. As decisões não transitadas em julgado antes do julgamento da ADPF 501	349
3.2. As decisões transitadas em julgado antes do julgamento da ADPF 501	350
3.3. Penalidades não alcançadas pela decisão do STF na ADPF 501	352
3.4. Ratificação da constitucionalidade do § 2º do art. 8º da CLT.....	352
4. Quadro-resumo da ADPF 501	353
• CAPÍTULO XIX – TRANSPOSIÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO (ADPF 573/PI)	353
1. A controvérsia debatida na ADPF 573	353
2. Impactos no dia a dia.....	357
2.1. Adoção do regime estatutário e a competência da Justiça do Trabalho: relação entre a ADI 3395 e a ADPF 573	357

2.2. A tutela do meio ambiente do trabalho pelo Ministério Público do Trabalho.....	359
2.3. Recolhimentos de FGTS e INSS.....	362
3. Quadro-resumo da ADPF 573.....	364
• CAPÍTULO XX – CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA (MI 4733/DF. ADO 26/DF)	365
1. Apresentação do tema.....	366
2. Evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os conceitos de raça e de racismo.....	366
2.1. O caso Ellwanger (HC 82.424/RS): O conceito político-social de racismo. Superação do conceito biológico/fenotípico de raça.....	366
2.2. O enquadramento da homofobia e da transfobia como racismo. Julgamento de mérito do MI 4733 e da ADO 26.....	370
2.3. O enquadramento da injúria racial como racismo: HC 154.248/DF.....	377
2.4. O enquadramento da injúria homotransfóbica como injúria racial: embargos de declaração no MI 4733.....	379
3. Síntese dos entendimentos do STF sobre os conceitos de raça e de racismo.....	381
4. Impactos no dia a dia.....	381
4.1. Enquadramento da homotransfobia e da injúria homotransfóbica como racismo.....	381
4.2. Imprescritibilidade e inafiançabilidade da homotransfobia.....	382
4.3. Reforço no combate à LGBTQIAPN+fobia nas relações de trabalho.....	383
4.4. Outros julgados do STF importantes sobre a temática.....	390
4.5. Ações importantes sobre o tema que estão tramitando no STF.....	391
5. Quadro-resumo do MI 4733 e da ADO 26.....	392
• CAPÍTULO XXI – EQUIPARAÇÃO ENTRE TERCEIRIZADOS E EMPREGADOS DA CONTRATANTE (TEMA 383)	393
1. Constitucionalidade do pagamento de remunerações distintas a terceirizados e empregados da contratante.....	393
2. O debate em torno da ampliação do alcance do Tema 383.....	394
3. Impactos no dia a dia.....	397
3.1. Aplicação da tese fixada a todas as empresas, públicas e privadas.....	397
3.2. Confirmação da constitucionalidade do § 1º do art. 4º-C da Lei nº 6.019/74.....	397
3.3. Possibilidade de pagamento de remunerações iguais a terceirizados e empregados da contratante.....	397
3.4. Superação do entendimento contido em Orientações das Coordenadorias Temáticas Nacionais do Ministério Público do Trabalho.....	398
3.5. Possibilidade de ajuizamento de ações rescisórias.....	399
3.6. Aplicação do <i>distinguishing</i> aos casos de fraude.....	399
3.7. Impossibilidade de utilização do Tema 383 para defender a terceirização de atividade-fim nas empresas estatais.....	400
4. Quadro-resumo do Tema 383.....	402
• CAPÍTULO XXII – ESTABILIDADE DA GESTANTE COMISSIONADA OU TEMPORÁRIA (TEMA 542)	402
1. A decisão do STF no Tema 542 e o histórico jurisprudencial da Corte na proteção à infância e à maternidade.....	403
2. Impactos no dia a dia.....	406
2.1. Possível superação da tese fixada pelo TST no IAC nº 2.....	406
2.2. Possível violação ao princípio da isonomia advindo da tese fixada pelo TST no IAC nº 2.....	409
2.3. O incidente de superação do entendimento do IAC 2.....	409
2.4. Possibilidade de atuação do MPT no âmbito da administração pública.....	410

2.5. Possibilidade de atuação do MPT no regime de contratação temporária da Lei nº 6.019/74.....	410
3. Quadro-resumo do Tema 542.....	410
• CAPÍTULO XXIII – TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS (TEMA 725. ADPF 324/DF. ADC 48/DF. ADI 3961/DF. ADI 5625/DF)	411
1. Apresentação das decisões analisadas	412
2. As decisões vinculantes do STF sobre a terceirização de atividade-fim (ADPF 324 e Tema 725 da Repercussão Geral).....	413
3. As decisões vinculantes do STF sobre a prestação do serviço autônomo de transporte de cargas da Lei nº 11.442/2007 (ADC 48/DF e ADI 3961/DF)	418
4. A decisão vinculante do STF sobre a prestação do serviço de beleza por meio de contrato de parceria sob a Lei nº 13.352/2016 (ADI 5625/DF).....	419
5. Síntese das decisões vinculantes do STF nos paradigmas da prestação de serviços .	419
6. Evolução da jurisprudência do STF sobre a terceirização e a prestação de serviços	420
6.1. Constitucionalidade de todas as formas de prestação de serviços distintas da CLT	420
6.1.1. Decisão da Primeira Turma do STF: contratação de advogado na condição de associado	421
6.1.2. Decisão da Segunda Turma do STF: contratação de médico na condição de pessoa jurídica PJ	421
6.2. Constitucionalidade de todas as formas de prestação de serviços distintas da CLT ainda que se trata de uma fraude ao vínculo de emprego.....	422
6.2.1. Fraude na contratação de corretor de imóvel: Reclamação nº 62.801/RS.....	423
6.2.2. Fraude na contratação de técnicos em radiologia: Reclamação nº 61.583/MG	423
7. Novo debate no STF: o trabalho pejetizado (Tema 1389 da Repercussão Geral)	424
7.1. A determinação de suspensão nacional de processos no Tema 1389 da repercussão geral	428
7.2. Os reflexos do Tema 1389 da repercussão geral nas reclamações constitucionais contra decisões da Justiça do Trabalho envolvendo a alegação de fraude ao vínculo de emprego	429
7.3. As controvérsias em torno suspensão nacional de processos no Tema 1389 da repercussão geral.....	432
8. Novo debate no STF: o trabalho plataformizado	434
8.1. Caso Uber (Recurso Extraordinário nº 1.446.336/RJ)	435
8.2. Caso Rappi (Reclamação nº 64.018/MG).....	437
8.3. Caso Cabify (Reclamação nº 59.795/MG).....	438
9. Nosso posicionamento quanto à validação, pelo STF, dos casos de fraude ao vínculo de emprego: estado de coisas inconstitucional no sistema social trabalhista brasileiro.....	439
9.1. As fases interpretativas dos precedentes da terceirização	439
9.2. Inexistência de fundamento para validar os casos de fraude ao vínculo de emprego.....	440
9.3. Desconsideração da autonomia científica do Direito do Trabalho	442
9.4. O estado de coisas inconstitucional no sistema social trabalhista brasileiro.....	444
9.5. Conclusões	445
10. Impactos no dia a dia.....	446
10.1. A possibilidade de uso do <i>distinguishing</i> no âmbito dos precedentes que envolvem a prestação de serviços a terceiros.....	446
10.2. Reflexos dos precedentes do STF sobre a terceirização na Súmula 331 do TST	451
10.3. A modulação de efeitos e o ajuizamento de ações rescisórias.....	452

10.3.1. Possibilidade de recuperação de valores bloqueados	455
10.4. Os trabalhadores pejetizados como titulares dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.....	455
10.4.1. Introdução: a necessidade de mudança no eixo de discussão	455
10.4.2. A distinção em relação ao Tema 1389 da Repercussão Geral.....	456
10.4.3. A caracterização do empresário.....	458
10.4.3.1. A diferença entre o PJ trabalhador e o PJ empresário	458
10.4.3.2. O conceito de empresa e de empresário: elementos caracterizadores da atividade econômica organizada	459
10.4.3.2.1. Profissionalidade e finalidade econômica	459
10.4.3.2.2. Atividade econômica organizada: o núcleo da empresa	459
10.4.3.2.3. A produção ou circulação de bens ou serviços como finalidade da atividade empresarial	460
10.4.3.3. A diferença entre o empresário e o trabalhador: quem organiza empresa é empresário; quem integra empresa alheia é trabalhador	461
10.4.4. A supremacia da Constituição Federal sobre a CLT e a efetividade dos direitos fundamentais.....	467
10.4.5. O conceito de trabalhador à luz da nova ordem constitucional.....	473
10.4.6. Implementação dos direitos fundamentais sociais: articulação entre Constituição e legislação infraconstitucional.....	475
10.4.7. Dignidade humana, valor social do trabalho e direitos humanos como limites à liberdade contratual.....	475
10.4.8. A força normativa da dignidade humana e dos direitos sociais na jurisprudência do STF.....	476
10.4.9. Síntese jurisprudencial: a compatibilização entre liberdade econômica e direitos sociais	486
10.4.10. A pejetização como fenômeno de violação estrutural de direitos humanos.....	487
10.4.11. Proteção à maternidade e à infância como núcleo essencial dos direitos sociais	488
10.4.11.1. A exclusão de gestantes e lactantes pejetizadas das garantias constitucionais.....	488
10.4.12. Licença-paternidade e pejetização: proteção da infância, da família e da igualdade de gênero.....	494
10.4.13. Bloco antidiscriminatório e pejetização: igualdade salarial e acesso não discriminatório ao trabalho	499
10.4.14. Desproteção contra atos de homofobia e transfobia e afronta às decisões do STF na ADO 26 e no MI 4733	502
10.4.15. Desrespeito aos direitos da pessoa com deficiência: afronta ao art. 7º, XXXI, da CF, e à Convenção de Nova York	508
10.4.16. Saúde e segurança como direitos de todo trabalhador pejetizado	513
10.4.17. A pejetização e os direitos coletivos assegurados na Constituição Federal.....	515
10.4.18. Efeitos sistêmicos da pejetização sobre o bloco protetivo dos arts. 7º a 11 do texto constitucional	521
10.4.19. Dignidade e anticoinficiência do trabalho humano	523
10.4.20. Convergência normativa com a Agenda 2030	523
10.4.21. Inconvencionalidade da Interpretação Restritiva dos Direitos Sociais do Trabalho: Violação ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	524
10.4.22. Síntese Crítica da Pejetização à Luz da Constituição	529
11. Quadro-resumo do Tema 725, da ADPF 324, da ADC 48, da ADI 3961 e da ADI 5625.....	531

•	CAPÍTULO XXIV – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO DE FÉRIAS (TEMA 985)	532
1.	A decisão do STF no Tema 985: natureza jurídica do terço constitucional de férias ..	532
2.	A modulação de efeitos do Tema 985.....	536
3.	Impactos no dia a dia.....	540
3.1.	A incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço de férias ...	540
3.2.	Contribuições previdenciárias patronais recolhidas antes de 15/9/2020 sobre o terço constitucional de férias gozadas	541
3.3.	Contribuições previdenciárias patronais não recolhidas antes de 15/9/2020 sobre o terço constitucional de férias gozadas.....	541
3.4.	Os parâmetros estabelecidos pelo STF para a incidência da contribuição previdenciária patronal prevista no art. 195, I, “a”, da Constituição Federal.....	541
4.	Quadro-resumo do Tema 985.....	542
•	CAPÍTULO XXV – DOENÇA GRAVE E POSSE EM CONCURSO PÚBLICO (TEMA 1015)	542
1.	Contexto decisório do Tema 1015 da Repercussão Geral.....	543
2.	Impactos no dia a dia.....	544
2.1.	Restrição da discricionariedade da administração pública	544
2.2.	Aplicação ao regime de emprego público	545
2.3.	Reforço no combate à discriminação de gênero e por motivo de saúde	545
2.4.	Repercussões na atuação do Ministério Público do Trabalho: Tema 992.....	546
3.	Quadro-resumo do Tema 1015	547
•	CAPÍTULO XXVI – DEMISSÃO IMOTIVADA DE EMPREGADO CONCURSADO DE EMPRESA ESTATAL (TEMA 1022)	547
1.	Contexto de surgimento do Tema 1022.....	547
2.	Impactos no dia a dia.....	550
2.1.	Superação do inciso I da OJ 247 da SDI-I do TST.....	550
2.2.	Aplicação da tese a todas as empresas estatais de todas as esferas de governo e independentemente do tipo de serviço prestado	551
2.3.	Os elementos essenciais do ato demissional conforme o Tema 1022.....	552
2.4.	Elementos acidentais do ato demissional conforme o Tema 1022.....	553
2.5.	A Orientação nº 17 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (CONAP), do Ministério Público do Trabalho	554
2.6.	Modulação de efeitos da tese fixada no Tema 1022.....	555
3.	Quadro-resumo do Tema 1022.....	556
•	CAPÍTULO XXVII – SALÁRIO-MATERNIDADE PARA MÃE NÃO GESTANTE (TEMA 1072)	557
1.	Contexto de discussão e entendimento do STF no Tema 1072 da Repercussão Geral	557
2.	Impactos no dia a dia.....	560
2.1.	Repercussão na previdência social e no regime próprio de previdência	560
2.2.	Repercussões para os empregadores.....	561
2.3.	Possibilidade de pedido de salário-maternidade retroativo	562
2.4.	Possibilidade de ajuizamento de ações rescisórias contra decisões judiciais transitadas em julgado anteriormente à decisão do STF.....	562
2.5.	Impossibilidade de deferimento de duas licenças-maternidade e livre escolha da beneficiária	562
2.6.	Licença-paternidade	563
2.7.	Atuação do Ministério Público do Trabalho	563
3.	Quadro-resumo do Tema 1072.....	564

• CAPÍTULO XXVIII – CONDENAÇÃO CRIMINAL E POSSE EM CONCURSO PÚBLICO (TEMA 1190)	564
1. Contextualização do Tema 1190 da Repercussão Geral	564
2. Impactos no dia a dia.....	567
2.1. Observância, na iniciativa privada, da principiologia que norteou a decisão do STF	567
2.2. Aferição da incompatibilidade do crime cometido com o cargo pretendido.....	568
2.3. Relação com a Tese nº 1 de Recurso de Revista Repetitivo, do TST	568
2.4. O entendimento do Ministério Público do Trabalho.....	569
2.5. Nova interpretação dos incisos II e III do art. 5º da Lei nº 8.112/1990	569
2.6. Reflexos nos estatutos dos servidores estaduais e municipais	570
3. Quadro-resumo do Tema 1190.....	571

PARTE IV

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....

• CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (ADI 5794/DF)	573
1. Nota introdutória	576
2. O objeto da ADI 5794 e o entendimento do STF	576
3. As alegações de inconstitucionalidade formal da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	577
3.1. Exigência de lei complementar	578
3.2. Necessidade de lei específica	581
4. As alegações de inconstitucionalidade material da supressão do caráter obrigatório da contribuição sindical	582
4.1. Isonomia tributária	582
4.2. Força obrigatória da contribuição sindical	583
4.3. Princípio da autonomia sindical e proibição do retrocesso social.....	583
4.4. A assistência judiciária gratuita.....	585
5. Impactos no dia a dia.....	586
5.1. Diferenças entre a contribuição sindical (ADI 5794) e a contribuição assistencial (Tema 935).....	586
5.2. Contribuições sindicais anteriores ao regime instituído pela Reforma Trabalhista	588
5.3. A autorização prévia e expressa em assembleia	589
5.4. Autorização prévia e expressa de todos.....	591
5.5. Autorização prévia e expressa para o desconto da contribuição sindical de trabalhadores filiados estabelecida no estatuto do sindicato.....	592
5.6. As múltiplas receitas sindicais e sua relação com a filiação sindical	593
5.7. A assistência judiciária gratuita e os entendimentos do MPT e do TST	595
5.7.1. O entendimento consolidado sobre a assistência judiciária gratuita por parte do sindicato laboral	595
5.7.2. O advento da Lei nº 13.725/2018	596
5.7.3. O entendimento do Ministério Público do Trabalho	597
5.7.4. O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho	598
6. Quadro-resumo da ADI 5794.....	601
• CAPÍTULO II – PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM (ADI 7222/DF)	601
1. O surgimento do piso salarial nacional da enfermagem e a ADI 7222.....	603
2. As decisões proferidas pelo STF na ADI 7222	605

2.1.	4/9/2022 Liminar do Ministro Roberto Barroso suspende a lei do piso	605
2.2.	9 a 16/9/2022 Sessão Virtual do STF referenda a liminar de 4/9/2022	605
2.3.	15/5/2023 Revogação parcial da medida cautelar concedida em 4/9/2022	607
2.4.	Sessão Virtual de 23 a 30/6/2023	611
2.5.	Sessão Virtual de 8 a 18/12/2023.....	614
3.	Impactos no dia a dia.....	616
3.1.	Observância do piso na iniciativa privada.....	617
3.1.1.	Necessidade de negociação coletiva	617
3.1.2.	Redução do piso salarial por negociação coletiva: o § 3º do art. 611-A da CLT	617
3.1.3.	Possibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo	618
3.1.4.	A decisão do TRT em caso de dissídio coletivo	618
3.2.	Observância do piso pela União, administração pública direta e indireta	619
3.3.	Observância do piso pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, administração direta e indireta, pelas nas entidades filantrópicas e pelos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS.....	620
3.3.1.	Servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (administração direta e indireta).....	621
3.3.2.	Empregados de entidades filantrópicas e dos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS.....	621
3.4.	Proporcionalidade do piso em relação à carga horária.....	622
3.5.	Base de cálculo do piso	622
3.6.	O piso nacional da enfermagem foi obrigatório, por força de lei, em algum momento?.....	623
3.7.	O pagamento do piso da enfermagem espontaneamente pelas empresas aderiu aos contratos de trabalho dos empregados?.....	624
3.8.	As cooperativas de trabalho	626
3.9.	Profissionais da enfermagem contratados diretamente por pessoa ou família para trabalho no âmbito residencial	627
3.10.	Inconstitucionalização progressiva dos pisos salariais nacionais.....	627
4.	Quadro-resumo da ADI 7222.....	628
•	CAPÍTULO III – ULTRATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS (ADPF 323/DF) ..	630
1.	O princípio da ultratividade das normas coletivas	630
2.	Os estágios da ultratividade das normas coletivas no ordenamento jurídico brasileiro e na jurisprudência do TST.....	631
3.	A decisão do STF na ADPF 323	633
4.	Impactos práticos.....	634
4.1.	As normas coletivas anteriores a 11/11/2017 (Reforma Trabalhista)	634
4.2.	É possível pactuar a ultratividade em norma coletiva?	635
4.3.	Período de anomia	637
4.3.1.	O piso normativo previsto na norma coletiva expirada	638
5.	Quadro-resumo da ADPF 323	640
•	CAPÍTULO IV – NEGOCIAÇÃO COLETIVA E JORNADA DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS (ADPF 381/DF)	640
1.	O tema debatido na ADPF 381	641
2.	A decisão do STF na ADPF 381	643
3.	Impactos no dia a dia.....	645
3.1.	Utilização do <i>distinguishing</i> para os casos do Tema 1046 da Repercussão Geral	645

3.2. Posicionamento da 5ª Turma do TST: Possibilidade de enquadramento de trabalhadores no art. 62, I, CLT – atividade externa – por meio de norma coletiva.....	649
4. Quadro-resumo da ADPF 381	652
• CAPÍTULO V – DISPENSA DE EMPREGADOS PÚBLICOS E NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ADPF 486/RS)	652
1. A decisão do STF na ADPF 486.....	653
1.1. A dispensa em massa de empregados públicos promovida pelo Governo do Rio Grande do Sul e o entendimento da Justiça do Trabalho pela necessidade de negociação coletiva	653
1.1.1. Uma contextualização necessária: a tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 638 da Repercussão Geral.....	655
1.2. O entendimento do STF sobre as dispensas promovidas pelo Rio Grande do Sul	656
2. O caso da ADPF 486 e a tese fixada no Tema 638 da repercussão geral.....	658
3. A decisão do STF na ADI 5690: a extinção da SPH e a ordem de preferência do art. 169 da Constituição	662
4. Impactos no dia a dia.....	663
4.1. Dispensa de empregados públicos em razão de extinção de entidades da administração pública indireta e desnecessidade de negociação coletiva.....	663
4.2. Dispensa de empregados públicos em razão de extinção de entidades da administração pública indireta e desnecessidade de obediência à tese fixada no Tema 638 da repercussão geral	664
4.3. A necessidade de motivação da dispensa: Tema 1022 da repercussão geral	664
5. Quadro-resumo da ADPF 486	665
• CAPÍTULO VI – CRIAÇÃO DE SINDICATO COM BASE NO PORTE DA EMPRESA (TEMA 488)	665
1. A disputa por contribuições sindicais que resultou no Tema 488	665
2. O entendimento do STF sobre o conceito de categoria	667
3. Impactos no dia a dia.....	671
3.1. Recepção dos conceitos de categoria econômica e profissional estabelecidos na CLT.....	671
3.2. A aplicação da tese a situações similares existentes	672
3.3. Reconhecimento da autonomia do Direito Coletivo do Trabalho	672
3.4. Indisponibilidade do conceito de categoria.....	673
3.5. A possibilidade de controle judicial sobre o registro sindical e a inexistência de direito adquirido em desconformidade com o princípio da unicidade sindical.....	674
4. Quadro-resumo do Tema 488.....	675
• CAPÍTULO VII – DEMISSÃO EM MASSA E INTERVENÇÃO SINDICAL PRÉVIA (TEMA 638)	675
1. A decisão do STF no Tema 638 da Repercussão Geral	676
2. Impactos no dia a dia.....	677
2.1. Interpretação conforme tácita do art. 477-A da CLT.....	677
2.2. Intervenção sindical prévia	679
2.3. Celebração de convenção ou acordo coletivo de trabalho	681
2.4. Frustração do diálogo social	681
2.5. Cuidados na integração do sindicato no diálogo social.....	682
2.6. Ausência de sindicato laboral na base territorial da empresa	682
2.7. Recusa ou inércia do sindicato laboral em promover o diálogo social.....	683

2.8.	O descumprimento da tese fixada pelo STF e a reintegração dos trabalhadores.....	684
2.8.1.	Supremacia da Constituição e nulidade dos atos inconstitucionais.....	684
2.8.2.	Reconhecimento da possibilidade de reintegração na modulação de efeitos do Tema 638.....	685
2.8.3.	Diferenças entre reintegração e concessão de estabilidade ou garantia de emprego.....	686
2.8.4.	Semelhanças com a hipótese tratada na Súmula 443 do TST.....	686
2.8.5.	A reintegração prevista na Lei nº 9.029/1995.....	687
2.8.6.	Reintegração na jurisprudência do TST.....	687
2.9.	A demissão em massa e a atuação do MPT.....	689
3.	Quadro-resumo do Tema 638.....	690
•	CAPÍTULO VIII – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (TEMA 935)	691
1.	A mudança de entendimento do STF acerca da contribuição assistencial.....	691
2.	Impactos no dia a dia.....	694
2.1.	Celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho a partir da decisão do STF.....	694
2.2.	O direito de oposição.....	694
2.2.1.	Os titulares do direito de oposição.....	694
2.2.1.1.	Trabalhadores não filiados ao sindicato.....	694
2.2.1.2.	Empresas não filiadas ao sindicato patronal.....	695
2.2.2.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição.....	696
2.2.2.1.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: os embargos de declaração opostos no ARE 1.108.459 (Tema 935).....	697
2.2.2.1.1.	Embargos de declaração do SINDIMAQ.....	697
2.2.2.1.2.	Embargos de declaração da PGR.....	697
2.2.2.1.3.	O início de julgamento dos embargos de declaração no Tema 935 e a tentativa do STF de estabelecer critérios objetivos sobre a contribuição assistencial.....	699
2.2.2.2.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: o IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000 do Tribunal Superior do Trabalho.....	701
2.2.2.3.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: posicionamento do Ministério Público do Trabalho.....	703
2.2.2.4.	Forma, tempo e lugar de exercício do direito de oposição: nosso posicionamento.....	704
2.2.3.	Atos antissindiciais cometidos pelo empregador quanto ao direito de oposição: posicionamento do Ministério Público do Trabalho.....	707
2.2.4.	A Orientação nº 20 da CONALIS/MPT.....	710
2.3.	Caráter <i>erga omnes</i> da norma coletiva.....	712
2.4.	Diferença entre a contribuição assistencial e a contribuição sindical.....	714
2.5.	Superação de entendimentos do TST.....	716
3.	Quadro-resumo do Tema 935.....	717
•	CAPÍTULO IX – NEGOCIADO VERSUS LEGISLADO (TEMA 1046)	718
1.	Contextualização do debate que originou o Tema 1046 da Repercussão Geral e a decisão do Supremo Tribunal Federal em matéria de prevalência do negociado sobre o legislado.....	718
2.	Impactos no dia a dia.....	721
2.1.	Os limites da negociação coletiva sob a perspectiva do julgamento do STF.....	721
2.1.1.	Limites estabelecidos na própria tese fixada.....	721

2.1.2.	Limites explícitos estabelecidos no acórdão de julgamento.....	722
2.1.3.	Limites implícitos estabelecidos no acórdão de julgamento	723
2.1.3.1.	Necessidade de autorização expressa na lei ou na Constituição para a redução/supressão do direito	723
2.1.3.2.	A jurisprudência do STF e do TST	724
2.2.	Síntese dos parâmetros para a identificação dos direitos disponíveis e indisponíveis	724
2.3.	A inconstitucionalidade dos incisos XII e XIII do art. 611-A da CLT.....	725
2.4.	A leitura do art. 611-B da CLT à luz do julgamento da ADI 5322.....	728
3.	Entendimentos do Ministério Público do Trabalho relativos ao Tema 1046.....	732
4.	Entendimentos do TST relativos ao Tema 1046	734
4.1.	Direitos disponíveis ou de indisponibilidade relativa segundo a jurisprudência do TST	734
4.1.1.	Possibilidade de compensação das horas extras deferidas com a gratificação de função paga ao trabalhador bancário (Súmula nº 109 do TST).....	734
4.1.2.	Possibilidade de limitação ao poder diretivo do empregador para proteção da empregabilidade.....	741
4.1.3.	Possibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre, sem necessidade de prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego	743
4.1.4.	Possibilidade de flexibilização dos minutos que antecedem e que sucedem a jornada de trabalho (minutos residuais).....	745
4.1.5.	Possibilidade de supressão da progressão da parcela anuênio.....	747
4.1.6.	Possibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre, sem necessidade de prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego ..	748
4.1.7.	Possibilidade de dispor sobre a natureza jurídica do auxílio-alimentação	748
4.1.8.	Possibilidade de jornada superior a 8 horas para regime compensação em turnos ininterruptos de revezamento	749
4.1.9.	Possibilidade de estabelecimento de requisitos para a aquisição do direito à estabilidade pré-aposentadoria	750
4.1.10.	Possibilidade de enquadramento de trabalhadores no art. 62, I, CLT - atividade externa	752
4.1.11.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 4x4, em turnos ininterruptos de revezamento.....	755
4.1.12.	Possibilidade de fixar remuneração do serviço extraordinário inferior àquela definida na Constituição (art. 7º, XVI, da CF) por meio da alteração do divisor do salário hora	757
4.1.13.	Possibilidade de flexibilização das horas <i>in itinere</i>	758
4.1.14.	Possibilidade de instituição do controle de ponto por exceção.....	762
4.1.15.	Possibilidade de supressão da prorrogação da hora noturna	762
4.1.16.	Possibilidade de concessão de férias em período coincidente com o de folgas decorrentes do sistema 1x1	764
4.1.17.	Possibilidade de dispor sobre a base de cálculo e percentual das horas extras	765
4.1.18.	Possibilidade de redução do intervalo intrajornada para 30 minutos.....	766
4.1.19.	Possibilidade de exclusão da aplicação da indenização prevista pelo art. 477 da CLT.....	768
4.1.20.	Possibilidade de dispor sobre a forma de divisão e repasse das gorjetas (retenção parcial).....	769
4.1.21.	Possibilidade de supressão do direito à participação nos lucros nos casos de rescisão antecipada do contrato de trabalho	769
4.1.22.	Possibilidade de redução do intervalo interjornada do trabalhador portuário.....	770

4.1.23.	Possibilidade de fixação de natureza indenizatória do aluguel pela utilização dos veículos dos próprios empregados para o trabalho	771
4.1.24.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 10x5	772
4.1.25.	Possibilidade de estabelecimento de jornada de trabalho de 12 horas, em escalas de 15x15.....	773
4.1.26.	Possibilidade de estabelecimento de regime de compensação semanal e labor extraordinário aos sábados com adicional de 80%.....	775
4.1.27.	Possibilidade de desconto do banco de horas negativo	776
4.1.28.	Possibilidade de fixação de salário normativo inferior ao piso salarial previsto em lei.....	777
4.1.29.	Possibilidade de proibição de cumulação de adicional de penosidade instituído por norma coletiva com os adicionais de insalubridade e periculosidade	779
4.1.30.	Possibilidade de previsão de natureza híbrida para a parcela anuênio..	779
4.1.31.	Prestação de horas extras habituais no regime de turnos ininterruptos de revezamento sem descaracterização da pactuação coletiva	781
4.1.32.	Possibilidade de estabelecimento da base de cálculo das horas extras composta apenas pelas parcelas salariais fixas.....	781
4.1.33.	Possibilidade excepcional de redução do intervalo intrajornada no caso a insuficiência de mão de obra	783
4.2.	Direitos indisponíveis ou de indisponibilidade absoluta segundo a jurisprudência do TST	784
4.2.1.	Impossibilidade de flexibilização dos direitos que visam à proteção da gestante e do nascituro (estabilidade da gestante).....	784
4.2.2.	Impossibilidade de prorrogação da jornada em atividade insalubre sem prévia autorização do Ministério do Trabalho Emprego.....	786
4.2.3.	Impossibilidade de supressão do direito de férias.....	790
4.2.4.	Impossibilidade de enquadramento do grau de insalubridade.....	792
4.2.5.	Impossibilidade de fixar remuneração do serviço extraordinário inferior àquela definida na Constituição (art. 7º, XVI, da CF) por meio da alteração do divisor do salário hora	793
4.2.6.	Impossibilidade de concessão do intervalo intrajornada ao final da jornada de trabalho.....	795
4.2.7.	Impossibilidade de concessão do repouso semanal obrigatório após 7 dias de trabalho consecutivos	798
4.2.8.	Impossibilidade de prestação de horas extras habituais no regime de turnos ininterruptos de revezamento	801
4.2.9.	Impossibilidade de flexibilização dos minutos que antecedem e que sucedem a jornada de trabalho (minutos residuais).....	811
4.2.10.	Impossibilidade de dispensa ou redução do intervalo intrajornada em lapsos temporais incompatíveis com o cumprimento de seus objetivos centrais (saúde, higiene e segurança laborativas)	813
4.2.11.	Impossibilidade de estabelecer limite quantitativo para a caracterização da insalubridade.....	818
4.2.12.	Impossibilidade de redução do valor / flexibilização do adicional de periculosidade	818
4.2.13.	Impossibilidade de fixação de piso salarial diferenciado ao empregado em contrato de experiência	824
4.2.14.	Impossibilidade de flexibilização da cota legal de aprendizagem	824
5.	Quadro-resumo do Tema 1046.....	826

PARTE V

PRECEDENTES VINCULANTES DO STF EM DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	827
• CAPÍTULO I – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO (ADC 58/DF)	827
1. Contextualização das ações e recursos julgados pelo STF sobre a temática dos juros e correção monetária na Justiça do Trabalho	829
2. Delineando a abordagem feita neste capítulo.....	831
3. Os juros de mora e a correção monetária dos créditos trabalhistas e dos depósitos recursais: o que decidiu o STF a respeito dos arts. 879, § 7º, e 899, § 4º da CLT?	833
4. Impactos no dia a dia.....	834
4.1. Regra geral: sentenças proferidas a partir de 12/2/2021	834
4.1.1. Juros de mora na fase pré-judicial.....	836
4.2. Pagamentos já realizados.....	837
4.3. Sentenças transitadas em julgado antes de 12/2/2021	837
4.3.1. Com adoção expressa dos índices de juros de mora e correção monetária	837
4.3.2. Sem adoção expressa dos índices de juros de mora e correção monetária	839
4.3.2.1. Omissão total quanto aos dois índices	839
4.3.2.2. Omissão quanto a um dos índices.....	839
4.3.2.3. Simples consideração de seguir os critérios legais.....	840
4.4. Sentença proferida antes de 12/2/2021 não transitada em julgado antes dessa data	841
4.5. Responsabilidade subsidiária da Fazenda Pública pelo crédito trabalhista	842
4.6. Juros e correção monetária a partir de 30 de agosto de 2024: Lei nº 14.905/2024.....	843
4.6.1. Reflexos da Lei nº 14.905/2024 na fase pré-judicial de atualização do crédito trabalhista.....	844
4.6.2. Reflexos da Lei nº 14.905/2024 na fase judicial de atualização do crédito trabalhista	846
4.6.3. Juros e correção monetária das indenizações por danos morais na Justiça do Trabalho: o novo entendimento do TST	847
4.6.4. Síntese dos critérios de atualização do crédito trabalhista a partir de 30/8/2024 (Lei nº 14.905/2024).....	849
4.7. Responsabilidade direta da Fazenda Pública pelos créditos trabalhistas.....	849
4.7.1. Atualização dos débitos trabalhistas da Fazenda Pública antes da expedição do precatório	850
4.7.1.1. Correção monetária.....	850
4.7.1.2. Juros de mora	852
4.7.2. Atualização dos débitos trabalhistas da Fazenda Pública a partir da expedição do precatório.....	854
4.7.2.1. Correção monetária.....	854
4.7.2.2. Juros de mora	855
5. Quadro-resumo da ADC 58.....	857
• CAPÍTULO II – BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA (ADI 5766/DF)	859
1. A discussão travada na ADI 5766.....	860
2. O entendimento do STF.....	861
2.1. A inconstitucionalidade do art. 790-B, caput e § 4º, e do § 4º do art. 791-A da CLT	862

2.2. A constitucionalidade do § 2º do art. 844 da CLT.....	864
3. Impactos no dia a dia.....	864
3.1. Pagamento de honorários periciais de sucumbência pela União	864
3.2. Possibilidade de cobrança retroativa dos honorários periciais pelo beneficiário da justiça gratuita.....	866
3.3. Condições de pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência pelos beneficiários da justiça gratuita.....	866
3.4. Pagamento das custas processuais pelo beneficiário da justiça gratuita	867
4. Quadro-resumo da ADI 5766.....	869
• CAPÍTULO III – EDIÇÃO E REVISÃO DE SÚMULAS PELO TST E TRTS (ADI 6188/DF)	870
1. As mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista no rito de criação e modificação de súmulas, pela Justiça do Trabalho, e o entendimento do STF	871
2. Impactos no dia a dia.....	873
3. Quadro-resumo da ADI 6188	874
• CAPÍTULO IV – FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS – FUNGET (ADO 27/DF)	874
1. O julgamento do STF na ADO 27	875
2. Impactos no dia a dia.....	876
3. Quadro-resumo da ADO 27.....	877
• CAPÍTULO V – PRAZO MÓVEL DA AÇÃO RESCISÓRIA (AR 2876-QO)	877
1. O debate que originou uma das decisões processuais mais importantes sobre os limites da coisa julgada inconstitucional.....	878
1.1. A exoneração do cabo da Aeronáutica Carlos dos Santos de Oliveira da Força Aérea Brasileira	878
1.2. A mudança interpretativa da Comissão de Anistia e a concessão de benefícios aos cabos exonerados da Força Aérea Brasileira	878
1.3. Reviravolta na situação dos ex-cabos da Aeronáutica: a revisão administrativa das anistias e a anulação dos benefícios de Carlos dos Santos de Oliveira.....	880
1.4. A reação judicial de Carlos dos Santos de Oliveira: o início de uma discussão judicial que pararia no Supremo Tribunal Federal.....	880
1.5. Da derrota no STJ à vitória no Supremo Tribunal Federal	881
1.6. A reabertura da discussão no STF sobre a anistia aos ex-cabos da Aeronáutica em regime de repercussão geral.....	882
1.7. Síntese da linha temporal até aqui.....	885
2. O prazo móvel da ação rescisória como nova oportunidade para a União questionar as anistias concedidas aos ex-cabos da Aeronáutica.....	886
2.1. Por que a ação rescisória da União é tempestiva?.....	887
3. A questão de ordem aberta pelo Ministro Gilmar Mendes.....	889
4. Como a Questão de Ordem na AR 2876 foi resolvida	889
5. Impactos no dia a dia	890
5.1. Tese nº 1 AR 2876-QO: a definição dos efeitos temporais dos precedentes vinculantes do STF.....	890
5.2. Tese nº 2: o limite temporal da retroação de efeitos da ação rescisória	892
5.2.1. Exemplo de aplicação da tese nº 2 da AR 2876-QO em comparação com a regra processual anterior.....	893
5.2.2. Reflexos da modulação de efeitos da tese nº 2 fixada na AR 2876-QO: ações rescisórias ajuizadas e precedentes vinculantes julgados antes e depois de 25/4/2025.....	894

5.3. Tese nº 3: ampliação do uso da arguição de inexigibilidade do título executivo judicial	895
5.3.1. O que muda com a Tese nº 3 na AR 2876-QO: a declaração incidental de inconstitucionalidade do § 14 do art. 525 e do § 7º do art. 535 do CPC	895
5.3.2. Aplicação da tese nº 3 aos prazos em curso para oferecimento da impugnação ao cumprimento de sentença	897
5.3.3. Entendimento do TST: uso da ação rescisória no lugar da impugnação ao cumprimento de sentença	897
6. Caminhos processuais abertos com o julgamento da AR 2876-QO	898
6.1. Ajuizar a ação rescisória logo após a publicação da ata de julgamento do precedente vinculante para garantir a máxima retroação de efeitos	898
6.2. A impugnação ao cumprimento de sentença como medida processual secundária ao ajuizamento da ação rescisória	900
6.3. O remédio processual contra o desrespeito às teses fixadas na Questão de Ordem na AR 2876	903
6.4. A possibilidade de uso da ação rescisória com base no entendimento do TST ..	907
6.5. Embargos de declaração no STF: o passo estratégico que pode garantir (ou impedir) uma ação rescisória	909
7. Conclusões sobre a AR 2876-QO	910
8. Quadro-resumo da AR 2876-QO	911
• CAPÍTULO VI – DEMISSÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS E ACP DO MPT (TEMA 1004)	912
1. Entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o exercício do contraditório e ampla defesa nas ações civis públicas do MPT que tratam da demissão de empregados públicos não concursados	912
2. Impactos no dia a dia	915
2.1. Necessidade de incluir o sindicato laboral no polo passivo das novas ações civis públicas (ACP) e nos novos termos de ajuste de conduta (TAC)	915
2.2. Extensão da tese a hipóteses similares e aos demais ramos do Ministério Público	915
2.3. A incidência retroativa da tese (efeitos <i>ex tunc</i>)	916
2.4. Os TACs celebrados anteriormente ao julgamento do Tema 1004	917
2.5. Ausência de sindicato laboral na base territorial da empresa	917
3. Quadro-resumo do Tema 1004	918
• CAPÍTULO VII – ÔNUS DA PROVA NA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (TEMA 1118)	918
1. O debate travado no Tema 1118 da Repercussão Geral: ônus da prova	920
2. A distribuição dinâmica do ônus da prova da culpa na fiscalização na Justiça do Trabalho	922
3. A decisão da Suprema Corte no Tema 1118 da Repercussão Geral	928
4. Os fundamentos adotados pelo STF no julgamento do Tema 1118 da Repercussão Geral	931
4.1. As decisões do STF na ADC 16 e no Tema 246 da Repercussão Geral como baliza interpretativa do julgamento do Tema 1118	931
4.2. A presunção de legitimidade dos atos administrativos	935
5. A vedação à distribuição dinâmica do ônus da prova	936
6. O Tema 1118 e a reafirmação da jurisprudência do STF (ADC 16 e Tema 246)	939
7. Requisitos para a responsabilidade subjetiva do Estado de acordo com o Tema 1118 da Repercussão Geral	944
8. Impactos no dia a dia	946
8.1. Como provar a culpa da administração pública sem promover a inversão do ônus da prova	947

8.1.1.	Depoimento pessoal do ente público	949
8.1.2.	Requisição de documentos ao ente público	952
8.1.3.	A aplicação da pena de confissão ficta ao ente público frente à indisponibilidade do interesse público e ao instituto da inversão do ônus da prova	957
8.1.4.	A juntada de provas colhidas em outros órgãos de controle e em outras esferas do Poder Judiciário	962
8.1.5.	A notificação formal como mecanismo de comprovação da negligência da administração pública	964
8.1.5.1.	Críticas ao item 2 da tese fixada no Tema 1118.....	964
8.1.5.2.	Origens e significado da notificação formal referida no Tema 1118.....	966
8.1.5.3.	Como realizar a notificação formal à administração pública acerca das irregularidades trabalhistas cometidas pela terceirizada ...	968
8.1.5.4.	Quem pode realizar a notificação formal à administração pública acerca das irregularidades trabalhistas cometidas pela terceirizada	969
8.1.5.5.	Notificação formal anônima à administração pública acerca das irregularidades trabalhistas cometidas pela terceirizada	970
8.2.	A possibilidade de aplicação da inversão do ônus da prova quando aliada a outros elementos probatórios.....	972
8.3.	A exigência cumulativa da negligência e do nexo de causalidade.....	974
8.4.	A responsabilidade direta da administração pública nos casos de meio ambiente do trabalho: Item nº 3 da Tese de Repercussão Geral fixada no Tema 1118.....	975
8.4.1.	A responsabilidade direta da administração pública pelas práticas de assédio moral, sexual e eleitoral contra os terceirizados	977
8.5.	Os deveres mínimos de prudência da administração pública na escolha e na fiscalização das contratadas (item 4 da tese fixada no Tema 1118).....	978
8.5.1.	A eficácia preventiva das cautelas do item 4 do Tema 1118 e o inadimplemento como exceção.....	984
8.6.	Estudos de caso: o que as Reclamações Constitucionais ensinam sobre o Tema 1118.....	986
8.6.1.	Reclamações constitucionais em que o Supremo Tribunal Federal manteve a condenação subsidiária do ente público.....	987
8.6.1.1.	Reclamação nº 79.877 AgR/SP (Rel. Min. Cármen Lúcia).....	987
8.6.1.2.	Reclamação nº 80.401 AgR/SP (Rel. Min. Dias Toffoli).....	990
8.6.1.3.	Reclamação nº 81.503 AgR/SP (Rel. Min. Dias Toffoli).....	992
8.6.1.4.	Reclamação nº 79.715 AgR/RS (Rel. Min. Edson Fachin).....	995
8.6.1.5.	Reclamação nº 75.031 AgR/RS (Rel. Min. André Mendonça).....	998
8.6.2.	Reclamações constitucionais em que o Supremo Tribunal Federal cassou a condenação subsidiária do ente público.....	1003
8.6.2.1.	Reclamação nº 77.808 AgR/RS (Rel. Min. Gilmar Mendes).....	1003
8.6.2.2.	Reclamação nº 77.823 AgR/RS (Rel. Min. Cristiano Zanin).....	1007
8.6.2.3.	Reclamação nº 72.357 AgR/AC (Red. Ac. Min. Alexandre de Moraes)	1010
8.6.2.4.	Reclamação nº 60.377 AgR/RJ (Rel. Min. André Mendonça).....	1016
8.6.2.5.	Reclamação nº 79.279 AgR/SP (Red. do acórdão Min. Nunes Marques).....	1021
8.6.3.	Lições práticas extraídas das Reclamações no STF sobre responsabilidade subsidiária	1026
8.6.3.1.	Impressões gerais sobre as decisões do STF	1026
8.6.3.2.	O que fazer para viabilizar a responsabilização subsidiária.....	1027
8.6.3.3.	O que evitar para não sofrer cassação no STF	1028

8.7. A responsabilidade subsidiária de empresas públicas e sociedades de economia mista à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1029
8.8. A responsabilidade subsidiária da Administração Pública diante da privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista à luz da jurisprudência do TST	1033
8.8.1. Contrato de trabalho do terceirizado iniciado depois da privatização	1034
8.8.2. Contrato de trabalho do terceirizado iniciado e rescindido antes da privatização	1035
8.8.3. Contrato de trabalho do terceirizado iniciado antes e rescindido depois da privatização	1037
8.8.3.1. Divergência pontual: aplicação dual das regras nas hipóteses de contratos de trabalho compreenderem períodos anterior e posterior à privatização	1038
8.8.4. Conclusão sobre o entendimento do TST quanto à responsabilidade subsidiária de empresas estatais nos casos de privatização	1040
8.9. A ausência de modulação da tese fixada no Tema 1118 e seus reflexos nas condenações anteriores proferidas pela Justiça do Trabalho	1041
9. Conclusões sobre o Tema 1118 da repercussão geral.....	1042
10. Quadro-resumo do Tema 1118 da repercussão geral.....	1043
• CAPÍTULO VIII – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PARCELA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA (TEMA 1143)	1044
1. A particular incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar causas ajuizadas por empregados públicos.....	1044
2. Impactos no dia a dia.....	1046
2.1. Redução na competência da Justiça do Trabalho	1046
2.2. A natureza jurídica da parcela pleiteada	1046
2.3. Reflexos e justiça competente.....	1047
2.4. Pedidos híbridos e justiça competente.....	1047
2.5. As causas sem sentença de mérito proferida até o dia 12/7/2023	1048
3. Quadro-resumo do Tema 1143.....	1048
• CAPÍTULO IX – INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (TEMA 698)	1049
1. O debate em torno da atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público no âmbito das políticas públicas	1049
2. Impactos no dia a dia.....	1053
2.1. Reflexos da decisão do STF na atuação do Ministério Público do Trabalho em políticas públicas.....	1053
2.2. O item 3 da tese fixada no Tema 698 e a terceirização de serviços no setor da saúde	1055
3. Quadro-resumo do Tema 698.....	1056
Bibliografia.....	1057
Índice Remissivo	1067